

Uma discussão sobre a formação em Psicologia: (re)pensando discursos, saberes e práticas na contemporaneidade

A discussion on the formation in Psychology: (re)thinking speeches, knowledge and practices in contemporary

Jurema Barros Dantas; Pablo Severiano Benevides

Universidade Federal do Ceará

RESUMO:

Este trabalho procura contextualizar, a partir de uma revisão de literatura, a formação *psi* em nosso momento histórico, buscando um (re)posicionamento frente a um processo de formação que parece, por vezes, estar iluminado por discursos e práticas ainda atrelados a um tipo de especialismo advindo da filiação dos saberes “psi” às formações disciplinares. Ao longo do enredo, procura apresentar o modo como a Psicologia parece ainda, em alguns aspectos, formar profissionais como meros reprodutores de conceitos e técnicas destituídos de uma reflexão ética, de uma contextualização histórica e de uma atenção aos processos de singularização e subjetivação. Este estudo pretende, assim, contribuir para a busca de uma reflexão sobre a formação do psicólogo que, na atualidade, precisa estar comprometida socialmente com os sujeitos em seus modos singulares de ser, de pensar e de existir.

Palavras-chave: formação; psicologia; especialismo; sociedade.

ABSTRACT:

This paper seeks to contextualize, from a literature review, training *psi* in our historical moment, searching for a (re) position relative to a training process that seems sometimes to be illuminated by discourses and practices still tied to a kind of specialness arising from the membership of knowledge "psi" the disciplinary backgrounds. Throughout the plot, seeks to present how the psychology looks even, in some respects, to train professionals as mere breeding concepts and techniques devoid of an ethical reflection, a historical context and an attention to singling and subjective processes. This study thus seeks to contribute to the search for a reflection on the training of psychologists that, at present, need to be socially engaged with the subjects in their unique ways of being, thinking and being.

Key-words: education; psychology; specialness; society.

Introdução

Este trabalho procura contextualizar a formação *psi* em nosso momento histórico, buscando um (re)posicionamento diante de um processo de formação que parece, por

diversas vezes, estar ancorado em discursos, práticas e saberes que positivam o lugar do psicólogo como um lugar de especialista e que situam o fazer psicológico no registro da eficácia, da eficiência e da resolução de problemas específicos e pontuais.

Ao longo do enredo, procuramos apresentar como a Psicologia parece ainda, sob vários aspectos, formar profissionais como meros reprodutores de conceitos e técnicas – quer dizer, como técnicos capazes de causar “bem-estar”, ou “felicidade”, ou “autonomia” a um ser humano definido de forma abstrata, sem historicidade e sem singularidade. Assim, este estudo pretende constituir uma reflexão sobre a formação do psicólogo no sentido de evidenciar a necessidade de comprometimento e sensibilidade diante dos atuais processos de subjetivação, não apenas naquilo que eles têm de singulares, de concretos e de particulares, mas, também, naquilo que eles revelam de uma organização econômica, política e social irreduzível ao âmbito individual e subjetivo.

Queremos pensar como a formação em Psicologia vem criando e fortalecendo determinados territórios e, conseqüentemente, produzindo e reproduzindo práticas de normalização para a compreensão de diversos aspectos da subjetividade. Pensar sobre os lugares da Psicologia nos dias de hoje é pensar em práticas que são produzidas e estão, cotidianamente, atravessadas pela história. Práticas que revelam que os lugares ocupados pela Psicologia, ao longo do tempo, não são a-históricos; práticas que, de forma análoga, revelam também que não há uma predisposição na ordem ontológica das coisas que demarque, de uma vez por todas e de forma indubitável, o objeto e a significação do objeto da Psicologia.

Entretanto, a formação *psi* parece produzir um saber que atende a uma configuração sócio histórica marcada e datada, cuja característica é, dentre outras, justamente o esquecimento de suas determinações históricas, empíricas, concretas, singulares e microfísicas – em suma, de um conjunto de relações de poder que tanto se colocam à base como acompanham a formação prática e discursiva da Psicologia em seu decurso. Estas relações de poder, como práticas de objetivação da subjetividade e enquanto constitutivas do campo da Psicologia, são bem explicitadas por Foucault (1997):

O que o inquérito jurídico-político, administrativo e criminal, religioso e leigo foi para as ciências da natureza, a análise disciplinar foi para as ciências do homem. Essas ciências com que nossa “humanidade” se encanta há mais de um século têm

sua matriz técnica na minúcia tateante e maldosa das disciplinas. Estas são talvez para a psicologia, a pedagogia, a psiquiatria e a criminologia, e para tantos outros estranhos conhecimentos, o que foi o terrível poder do inquérito para o saber calmo dos animais, das plantas e da terra (p.186).

A partir deste horizonte histórico estabelecido e marcado por práticas e discursos que carregam a marca da especialização e do quadriculamento disciplinares, torna-se imperioso colocar em debate uma possibilidade de formação *psi* onde se possa traçar caminhos diferentes daqueles que se apresentam como úteis, práticos, rápidos e resolutivos, tão propagados pela mídia e demais equipamentos coletivos. Caminhos onde possamos indagar e pôr em xeque esta formação tecnicista, especialista e disciplinar que, por vezes, corrobora com algumas demandas da contemporaneidade. Isto porque nossos males existenciais vão sendo, no alarido da contemporaneidade, continuamente individualizados, familiarizados, psicologizados e, nos últimos anos, entorpecidos por medicamentos de última geração.

Nosso tecido social aos poucos psicologiza a vida, escraviza seus atravessamentos histórico-políticos e, por fim, transforma as relações de poder em relações psicológico-existenciais, que devem ser tratadas e curadas. Neste contexto, torna-se fundamental um questionamento sobre a formação do profissional que receberá e responderá a essas demandas sociais. Isto na medida em que os discursos e práticas *psi* podem resistir se afastando de discursos de ordem, de obediência e de normalização para, enfim, presentificar e produzir formas de vida onde se façam presentes novas alianças, sensibilidades, afetações, criações, modos de existir, resistir, insistir e reexistir.

A formação *psi*, em geral, parece trazer certas características modelares instituídas e bem marcadas. Como, em nossa formação, predomina uma imagem das relações entre homem, sociedade e conhecimento balizada pelo positivismo – seja em suas versões utilitaristas, seja em suas (con)versões pragmáticas e neopragmáticas –, ainda percebemos a hegemonia de conceitos como: neutralidade, objetividade, cientificidade, verificação, utilidade, etc. Embora de aparência empírica e antimetafísica, nos diferentes discursos e práticas enredados nessa imagem de pensamento positivista, o homem e a sociedade são apresentados como “coisas em si”, ao mesmo tempo abstratos demais e naturalizados demais, como se desprovidos de uma história e de uma análise dos mecanismos de fabricação daquilo que lhes aparece como sendo “subjetivo”.

Em relação a este ponto, poder-se-ia argumentar que a multiplicidade de perspectivas epistemológicas em Psicologia – as chamadas “epistemologias das psicologias” – seria signo justamente de uma não-primazia de paradigma algum, seja ele positivista ou outro qualquer. Entretanto, autores como Bernard (1983), Ferreira (1999), Figueiredo (2002) e Benevides (2014) argumentam que as psicotécnicas precedem a Psicologia. Isto quer dizer que as técnicas psicológicas são anteriores à elaboração de uma ciência psicológica e à emergência de questões epistemológicas no campo *psi*; e, ainda, isto quer dizer que resultaria falso, ou, pelo menos, duvidoso do ponto de vista histórico e genealógico, a afirmação costumeira que fazemos: a de que “as teorias psicológicas fundamentam as práticas psicológicas”.

As psicotécnicas precedem a Psicologia. [E somente] numa tentativa de legitimação de suas práticas (exigência do espírito laico e “crítico” do Iluminismo e da Modernidade), fez-se necessária a recorrência, a importação e a caução (...) da epistemologia como instância que poderia garantir a continuidade da aplicação dessas mesmas psicotécnicas (BENEVIDES, 2014: 17).

Assim, a multiplicidade e a aparente criticidade, singularidade e reflexividade das epistemologias que pluralizam as psicologias não parece constituir, em grande medida, uma força contrária ao tecnicismo no sentido de tornar efetivamente crítica, singular e reflexiva a atuação prática dos psicólogos em escolas, em empresas, em CRAS, em CAPS, em organizações, etc. É por essa via que Canguilhem (1973) – em sua emblemática palestra proferida no Collège de Philosophie em 1951, intitulada *O que é a Psicologia?* – afirma que é no âmbito prático que a Psicologia encontra o sentido de sua unificação, mas que o sentido dessa unificação nada mais é do que um empirismo heterogêneo que, sob um pacto de coexistência pacífico entre as diferentes epistemologias, constitui o estatuto da Psicologia como *instrumento da instrumentalização do homem*.

Portanto, uma vez que funciona o signo do que Canguilhem (1973) chamou de “empirismo heterogêneo”, a Psicologia prescinde de uma organização teórica que seja anterior à pesquisa. Isto quer dizer que a pesquisa em Psicologia não se constroi no interior de uma ciência, mas sim às suas margens, como que em processo de desgarramento de uma unidade teórica – o que foi observado por Foucault (2011) em seu texto *A pesquisa científica e a Psicologia*. Assim, apesar das aparências, os especialismos em psicologia decorrem não de um “excesso de ciência”, mas da autonomização de um empirismo heterogêneo e tateante, capaz de converter qualquer

acontecimento em objeto de investigação, desde que possa fazê-lo funcionar como instrumento da instrumentalização do homem: “o progresso da pesquisa em psicologia não é um momento no desenvolvimento da ciência, é o desarraigamento perpétuo das formas constituídas do saber” (FOUCAULT, 2011: 121).

Os especialismos em Psicologia são, portanto, herdeiros das cisões entre pesquisa e ciência, entre teoria e prática, entre a Universidade e o mercado de trabalho. Eles nascem no ponto em que se estabelece um pacto de não intervenção, de não-conexão e de não-implicação entre esses estratos. Assim, se é necessário sublinhar a importância de uma relação de imanência entre teoria e prática, é igualmente importante assinalar a efetiva desarticulação entre essas esferas no campo da psicologia. Aquilo que erigimos como ideal não terá efeito algum caso permaneçamos na cegueira acerca do real funcionamento das relações entre teoria e prática em Psicologia.

É precisamente essa perda da imanência [entre pensamento e vida] que, no campo da Psicologia, causa-nos a sensação de que a teoria constitui ferramenta inoperante e de que a prática, por seu turno, lida com entraves, empecilhos e dificuldades incontornáveis e que constituem uma fatalidade para o psicólogo, que nada pode fazer diante disso. Com isso, o campo da Psicologia é facilmente convocado a adentrar no reino das cisões: teoria x prática, mercado de trabalho x atividade acadêmica, crítica x proposição, epistemologia x aplicação, universidade (sempre referida por seus “muros”) x “mundo lá fora”. (BENEVIDES, 2013:175-176).

Muito embora este ensaio toque em problemáticas referentes à formação em Psicologia, não pretendemos colocar em cena questões programáticas envolvendo estágios, carga horária de disciplinas ou estruturas curriculares, pois estes tão bem conhecidos caminhos acabam por deixar de lado certos atalhos fundamentais que colocam a própria formação em debate. A formação *psi* não será aqui perspectivada justamente no ponto de cruzamento entre a constituição do campo psicológico (de uma forma mais ampla) e os efeitos da institucionalização de uma formação profissional e acadêmica em Psicologia (de uma forma mais específica). Entretanto, não se trata de empreender aqui qualquer “crítica epistemológica” que indique e denuncie a insuficiência teórica do campo “psi” e, como correlato, reivindique a importância de qualquer tipo de fortalecimento epistemológico ou mesmo faça desta insuficiência razão para uma crítica genérica e total à Psicologia. Mas não se trata, também, de simplesmente suplantando o problema epistemológico, como se esta questão estivesse superada, ou como se fosse possível “varrer a sujeira para debaixo do tapete” e por em

seu lugar uma análise das práticas “psi” desde o ponto de vista social, da política e da ética. Trata-se, de um modo específico, de indicar a correlação entre esses registros – no caso, de indicar como uma dada função da epistemologia para as Psicologias deixa um espaço aberto para que a pesquisa em Psicologia possa se autonomizar da ciência e da teoria e, com isso, mais facilmente possa constituir especialismos isolados, atomizados e construídos por referenciais técnicos produzidos em comunidades “científicas” muito distantes umas das outras.

Assim, compreender o modo como se constitui esse campo em suas fragmentações, em suas institucionalizações e na formação arbitrária de seus regimes de verdade, implica compreender a formação: a) como processo (e, portanto, como transitória e variável no tempo e no espaço); b) como um cruzamento de linhas de forças (e, portanto, como atravessada por relações de poder); e, por fim, c) como passível de ser libertada de duas tendências nocivas para o pensamento e a experimentação das singularidades, tendências aparentemente contraditórias, mas em surpreendente conexão: a abstração naturalista desprovida de história e o utilitarismo concretista desprovido de crítica. Uma vez esboçado este quadro, podemos ensaiar não uma substituição, mas uma abertura para as questões “psi” que, distanciadas do registro da *técnica*, encontram seu terreno fértil no campo da *ética*:

A dimensão ética engloba todas as considerações acerca das metas da ação humana, não se restringindo, portanto, à consideração da adequação entre meios afins, diferenciando-se, assim, do âmbito de competências do conhecimento técnico. Efetivamente, há sempre uma reflexividade, uma relação de si consigo, um autocomprometimento do sujeito, implicados na conduta ética (FIGUEIREDO, 1996: 65).

A formação *psi*: para além de uma técnica aplicada

Segundo Baptista (2000), o dia-a-dia exposto nos jornais é abafado nas salas de aula dos cursos de Psicologia. Fala-se em justiça social, nos oprimidos, explorados e excluídos, mas nossas práticas cada vez mais compactuam com as violências simbólicas e concretas. Compactua-se através do silêncio, sob a proteção do título de especialista, mediante pretensos atos de amor ao próximo. Um próximo que é mais um número em nossa escala de testes psicológicos ou mais um nome num plantão de serviço de psicologia aplicada. Um próximo que é visto a partir de todo um aparato de métodos e técnicas que pretendem, ilusoriamente, dar as chaves do controle e do poder sobre o

fazer/saber psicológicos. Um próximo cujo nome chamamos à distância, cuja presença mantemos à distância, de cuja vida tomamos distância – distância e exterioridade necessárias para o uso, para o manuseio, para a manipulação do outro. Também somos muitas vezes, mediante os discursos e práticas *psi*, convertidos em cúmplices de nossos próprios sofrimentos. O hiperindividualismo apresenta sua faceta na hiper-responsabilização dos sujeitos por tudo o que lhes acontece – processo esse que encontra, em algumas formas de fazer Psicologia, um significativo realce e reforço.

Sob esta perspectiva acerca da formação em Psicologia, o importante é formar profissionais bem treinados e tecnicamente qualificados para o exercício da profissão. Nisto, os campos teóricos são repassados como “verdades” a serem seguidas. Verdades sagradas e inquestionáveis. Neste momento, preso nessas amarras, o saber perde sua vitalidade exatamente naquilo que de novo ele poderia produzir. Tanto as técnicas como as teorias não são percebidas como produções históricas de sentido, mas sim como dogmas que devem ser seguidos de modo inquestionável, mesmo que não compreendido em suas premissas epistemológicas mais árduas e labirínticas. “Quem se agarra aos sistemas como tábua de salvação não só não pode ouvir interpelações que viriam de outras vozes teóricas (que ficam de antemão desqualificadas), mas também não se permite ouvir o que sua prática tem a dizer, salvo na medida em que se encaixe no esquema do que o psicólogo pensa que sabe” (FIGUEIREDO, 2009:18).

Por essa via, não conseguimos avaliar os efeitos cotidianos que nossas práticas estão produzindo no mundo e não entendemos as técnicas e teorias que nos são apresentadas como instrumentos. Percebemos, ainda que sutilmente, os meios acadêmicos transformarem esses instrumentos em modismos, em palavras de ordem, em propagação de enunciados que todo e qualquer psicólogo com o assim chamado “bom senso” deveria assumir. Tais instrumentos tornam-se, então, instituições inquestionáveis e reprodutíveis. Fazem-nos crer, a todo instante, que nossa formação nos autoriza automaticamente a ocupar uma posição intelectual privilegiada para pensar, intervir e transformar a realidade – trata-se do conhecido “olhar do psicólogo”.

Na exclusão e exaustão do dia-a-dia, entretanto, nossa formação nos faz construir formas pré-estabelecidas de ser e de viver para o exercício de nossa prática profissional. Com isso, frequentemente ocorre que nossas atitudes – por vezes de forma implícita, por vezes de forma explícita – consistem ora em julgar interrogando, ora em reconduzir

pedagogizando, ora em reajustar normalizando os sujeitos àquilo que seria seu percurso normal, habitual ou esperado. Baptista (2000) deu à formação do psicólogo o nome de *fábrica* justamente por acreditar que este lugar de formação é um lugar de alienações e contradições promissoras: “Pensar a formação do psicólogo como fábrica não solicita somente críticas ou cobranças a sua estrutura. Incluí-la na engrenagem fabril estaria na possibilidade de detectarmos sua produção de vida e morte ou, em outras palavras, produção de homens-estojo e de atiradores de pedra”. (p.18).

Essas fábricas, de acordo com Baptista (2000), possuem uma razão ou motor para seu funcionamento, apresentam um processo que as concretiza e, essencialmente, produzem algo. O caminho percorrido por cada seção desta “fábrica” é o ponto central deste ensaio na medida em que buscamos pensar a construção social, história e política do saber/fazer psicológico, suas contradições geradoras de indagações e, fundamentalmente, outras propostas que possam viabilizar formas diferenciadas de apropriação da formação *psi* em questão.

Ao discutir o saber e o fazer psicológicos, acompanhando as transformações e exigências sociais do mundo contemporâneo, buscamos constituir um lugar político e efetivamente participante na construção de estratégias de reconhecimento do trabalho da psicologia nesse contexto social. Entretanto, esse lugar de participação deverá ser algo bem distinto do que usualmente ocorre em fóruns de discussão, participação e exercício da cidadania, onde muitas vezes “participar” significa dizer ativamente o que já se espera que seja dito, engajar-se ativamente nas tarefas em que já se espera que ocorra engajamento, onde muitas vezes existem esquemas de expressão, de pensamento e de discurso já decodificados e já amornados, que situam a participação como uma forma de obediência. Ao contrário, compreendemos que só pode haver uma efetiva participação nas circunstâncias em que as partes que participem tenham autonomia de expressão, de pensamento e de ação em relação às instâncias que dizem representar uma totalidade.

O saber e o fazer do psicólogo: problematizando a formação *psi*

Gradualmente somos convocados a dar conta de solitários e solidários da exclusão que se multiplicam e se misturam no mundo globalizado, marcado pela velocidade e volatilidade, pelo consumo e pelo empreendedorismo de si. Convocados a dar explicações sobre as experiências de sofrimento do sujeito contemporâneo. Convocados a dar legitimidade e veracidade aos chamados “transtornos patológicos” que surgem –

de forma desmedida, mas sempre sob o signo de uma nova medida – nas práticas médico-*psi* cotidianas.

A ebulição social na contemporaneidade aponta, a todo o momento, para as demandas psicológicas. A questão é como temos dado conta dessa efervescência. Ao permanecermos orientados por um modelo de Psicologia que se centra no diagnóstico, na norma, no ajuste e na aplicação da técnica, não encontramos as demandas (ou encontramos somente as demandas que queremos ouvir), nem produzimos as ofertas, apenas passamos por elas. Não lidamos com a dimensão subjetiva, posto que é justamente ela que deve ser expulsa e expurgada de nossa inteligibilidade e racionalidade para lidarmos com um objeto de estudo quantificável, calculável e/ou governável. Como um objeto-transtorno passível de ser descrito em terceira pessoa – um “algo”, um “isto”, uma “coisa” a ser metodologicamente cindida do sujeito para recair sob a gramática da ciência.

Acelera-se o tempo, o consumo passa a ser a ordem do dia, as comunicações se fazem em tempo real, as inovações tecnológicas deixam suas marcas e benefícios. Bancos eletrônicos, dinheiro de plástico, técnicas para proporcionar juventude eterna, viagens ao espaço. Os serviços, os conhecimentos e as próprias relações humanas tornaram-se efêmeros. Vemos uma acentuada volatilidade e efemeridade das modas, dos produtos apresentados pelo mercado, das técnicas de produção e dos processos de trabalho. Enfatizam-se os valores e as virtudes da instantaneidade, da descartabilidade, da diversificação, do planejamento e ganhos de curto prazo. Manipulam-se gostos e opiniões através da construção de novos sistemas de signos e imagens; e, nesse mesmo movimento, criam-se verdadeiros *self-services* de gostos, de opiniões e de personalidade, com esquemas preconcebidos, de modo que cada um pode “escolher” de forma “livre” aquele com o qual melhor se “identifica”.

Sob este aspecto, esta aparente multiplicidade não consiste, pois, em signo da imprevisibilidade e da liberdade, mas de uma ramificação da capacidade de prever e predestinar. Nossa sociedade se desvela em um horizonte histórico onde, em um momento, tudo é fragmentado, instantâneo e volátil; e, em outro momento, toda liquidez é posta em convergência aos imperativos bem definidos do capital.

Dentre os técnicos especializados ou os mestres de uma autoajuda praticada e (de)negada, estamos nós, psicólogos. Nós que, com nossas práticas, consideradas

competentes e objetivas, produzimos, reproduzimos ou, por vezes, fortalecemos esses modos de ser, sentir, pensar e agir. Nós, os especialistas *psi*, temos sido formados, na maior parte das vezes, para mantermos a ordem e o suposto “equilíbrio”, “homeostase”, “harmonia” ou a positiva “autorregulação” social; e, para isso, usando frequentemente um vocabulário funcionalista com metáforas importadas das ciências biológicas para as ciências sociais. Evitamos, pois, o que nos amedronta: o não-saber diante dos intensos dilemas existenciais de nossa vida contemporânea. Na realidade, devemos historicizar todos esses saberes que nos são impostos como naturais ou estruturais, e devemos, sobretudo, questionar o cômodo lugar por nós ocupado no mundo capitalístico, como o lugar do saber científico e objetivo.

Ao problematizar a formação do psicólogo, queremos entender o nosso fazer como algo orientado pela e para a multiplicidade, num campo de interfaces entre diferentes formações discursivas, numa busca permanente que rompe com as fronteiras que tradicionalmente traçam as alfândegas entre as disciplinas. Construimos o sentido de nosso fazer à medida que nos permitimos experimentar outros modos de formar/ensinar, em nosso percurso de vida com os sujeitos. O que define a práxis não é somente a tarefa (pesquisa, conhecimento, intervenção), mas também os pressupostos e intencionalidades de quem a executa – isso quer dizer que toda práxis é mediada pelo sujeito da ética e implica uma relação direta entre a transformação das relações sociais e a transformação de si.

Neste momento inspiramo-nos em Foucault (2007, 2007a), especialmente em seus últimos escritos e em seus derradeiros cursos no Collège de France, nas circunstâncias em que ressalta que o trabalho ético que o sujeito efetua sobre si mesmo consiste não em uma simples adequação ou obediência a uma regra; diferentemente, a ética consiste em um espaço de subjetivação que é, ao mesmo tempo, um espaço de fabricação e transformação de si mesmo. Não um “si-mesmo” preexistente às práticas de subjetivação, porque possuiria determinadas qualidades passíveis de serem descritas de forma mais ou menos fidedigna. Ao contrário, é justamente porque não há um sujeito que seja anterior às práticas de subjetivação que as práticas de subjetivação não somente modificam, mas produzem a experiência que temos de nós mesmos.

A ontologia do sujeito não é mais do que a experiência de si que Foucault chamou de “subjetivação”. Há um sujeito porque é possível traçar a genealogia das formas de produção dessa experiência. (...) A experiência de si não é um objeto independente

que permaneceria imutável, através de suas diferentes representações, mas, antes, é a experiência de si a que constitui o sujeito, o eu enquanto si mesmo (soi, self). É essa a razão pela qual o sujeito mesmo tem uma história (LARROSA, 2002: 55).

Esta reflexão, que traz diretamente os saberes e práticas *psi* como campos de produção de subjetividade (e não de intervenção em uma subjetividade já plenamente constituída de direito), vai ao encontro de Barros (1995). Ao debater sobre a formação dos psicólogos, a autora coloca a própria instituição de formação em questão, desnaturalizando-a a cada momento em que se ponha a falar como lugar da verdade, pois considera que quando não compreendemos as relações que configuram as diversas práticas, as transformamos em leis a serem cumpridas. E não há forma melhor de erigir algo como lei, ordem e obrigação do que o desconhecimento de sua arbitrariedade, da contingência de sua fabricação, da singularidade e transitoriedade daquilo que a faz ser como está sendo. A autora analisa, ainda, a formação dos *psi* como uma instituição que deve escapar dos planos hierarquizantes onde o conhecimento esteja desvinculado das relações de dominação que o configuram. Deve se afastar da produção de um saber que, tacitamente, dicotomiza a prática da teoria, neutraliza ações de resistência, produz papéis previamente definidos e promove efeitos normalizadores de poder.

Colocar em questão a formação não passa pela busca de uma identidade ou de um papel para o psicólogo, passa pela invenção de outros modos de subjetivação que rompam as amarras hermeticamente instituídas no campo *psi*. Trata-se de vincular a formação aos seus aspectos culturais, sociais e políticos, voltada não apenas para um profissional técnico, capaz de responder adequadamente a diversos tipos de demandas, mas sim para um profissional com reflexão crítica que lhe faculta “articular o como-fazer ao por que-fazer e isto produz um profissional que não apenas responde passivamente, mas pensa, problematiza, debate, inventa; enfim, faz diferença.” (FERREIRA NETO, 2004: 191).

A formação *psi* e sua inserção na história: um compromisso com a singularidade

Buscamos, neste trabalho, sinalizar para possibilidades de construção de outra forma de pensar e praticar a formação psicológica, onde não haja o esquecimento de que os profissionais de psicologia não devem ser vistos como técnicos assepticamente neutros, mas como sujeitos eticamente posicionados. No entanto, a nossa cultura, em

sua historicidade, endereçando-se à conquista cada vez mais total da cientificidade, da tecnologia e do consumismo, vem perdendo de vista o caminho que exige de nós uma preocupação com a construção de uma Psicologia mais inclinada para as singularidades que escapam à “lógica” – e à racionalidade, inteligibilidade e controle definidos de forma utilitarista. Com isso, as práticas psicológicas frequentemente esvaziam o que há de mais imprevisível, singular, único, irreduzível (e, também, desalojador, intempestivo, extemporâneo) naquilo que somos e nas histórias que contamos; por vezes – e o que constitui uma gravidade ainda maior – se além àquilo que é mais estranho, inadequado e incomum tão somente para reconduzi-lo, reescrevê-lo ou reinterpretá-lo sob o signo de uma gramática já conhecida, de uma forma de vida já legitimada, de um modo de ser já cabível em um leque de caricaturas.

Não se trata, com isso, de afirmar a desimportância da técnica, mas sim de explicitar que há uma série de formações ideológicas e práticas de governo e dominação dos seres humanos que se colam às técnicas psicológicas para passarem despercebidas como forma de exercício de poder. Em uma cultura do empreendedorismo (GADELHA, 2009), do *self made man*, da ostentação de si, da superposição entre o individualismo e o imperativo constante de felicidade, que justificativas e que finalidades apresentariam técnicas motivacionais, que incitam ao engajamento, à liderança ao reforçamento vigilante entre os pares? Em um capitalismo conexcionista (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009), cujo discurso empresarial que o move positiva a figura do executivo transnacional “visionário”, “sem fronteiras”, “expressivo”, que papel desempenham as técnicas expressivas, a euforia programada dos *coachs*, o traço cada vez mais catártico e informal das vivências?

Nas sociedades de controle (DELEUZE, 2010) ocorre que os processos pelos quais se governa a conduta dos homens encontram-se “liberados” das instituições e funcionam “ao ar livre”. Isso não significa, todavia, um enfraquecimento das formas de saber produzidas pelo poder disciplinar, mas tão somente uma desobstrução dos dispositivos arquitetônicos, físicos e espaciais que circunscreviam as atividades de controle postas em marcha pelo poder disciplinas. Da mesma forma, os apelos à multiprofissionalidade, interdisciplinaridade e percepção global dos fenômenos põem em questão somente de forma parcial as fronteiras traçadas pelas disciplinas. Pois os dispositivos que recortam o saber em “áreas”, em “regiões”, em “compartimentos” e em

“especialidades” muitas vezes permanecem bastante semelhantes ao que sempre foram, mesmo em circunstâncias em que cada saber é chamado a “dialogar” ou “interagir” com outros.

No contexto de uma bipolítica (FOUCAULT, 2008, 2004) como gestão calculista da vida, como crescente exercício de um poder que incide sobre a vida e o vivo para governá-los em seu mais tênue grão e em sua maior nudez biológica; neste contexto em que ocorre uma correlata e progressiva codificação de problemas de educação, de moradia, de hábitos cotidianos, de infraestrutura, etc, como problemas de saúde, “assistimos uma forma de dominação imanente, não transcendente, que não tem mais o Estado como agente regulador, mas práticas que regulam internamente como dispositivos subjetivantes.” (FERREIRA NETO, 2004: 170).

Faz-se importante, pois, atermo-nos às relações tão estreitas entre saber e poder que envolvem nossa formação nas ocasiões em que justamente acreditamos que nossas ciências, nossas técnicas e nossos discursos estariam mais livres e desimplicados destas relações. O saber/fazer do psicólogo não pode, pois, prescindir de uma compreensão de seus atravessamentos sociais e históricos. Aqui não criticamos a técnica pela técnica, mas sim pelas práticas de dominação que estão aderidas ao discurso da técnica para a felicidade, para o bem-estar coletivo, para uma resultante que aponte, em sua soma total, um aumento de prazer e diminuição de dor na maior parte da população. Pois é justamente nessa sobreposição *felicidade – saúde – bem-estar – prazer* que consiste a progressão ideológica do utilitarismo e do conjunto de práticas de governo da vida que ela aciona. Atenhamo-nos, pois, às palavras do filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham (1989), considerado o “pai” do utilitarismo:

É inútil falar do interesse da comunidade se não se compreende qual é o interesse do indivíduo. Diz-se que uma coisa promove o interesse de um indivíduo, ou favorece ao interesse de um indivíduo, quando tende a aumentar a soma total dos seus prazeres, ou então, o que vale afirmar o mesmo, quando tende a diminuir a soma total de suas dores. (...) A natureza colocou o gênero humano sob o princípio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer bem como apontar o que na realidade fazemos. (p. 3-4)

É justamente a figura do panóptico, idealizada por Bentham, que Foucault (1997), em sua obra *Vigiar e Punir*, toma para falar daquilo que constitui a utopia de uma vigilância onipresente que caracteriza o poder disciplinar – *pan-optico*: o olho que tudo vê sem nunca ser visto. Portanto, é precisamente em nome da felicidade e do bem que

dizem atuar essas técnicas de adestramento e docilização do corpo: técnicas de exame, de registro, de anotações constantes, de classificação e sanção, de individualização como posicionamento de um sujeito em uma hierarquia de medição de habilidades, de vigilância ininterrupta, de exercícios como forma de castigo, de isolamentos como formas de inculcação de obediência – e, por fim, de obediência a regras como forma de sujeição política. É justamente esse poder disciplinar, poder que age em nome do utilitarismo, que constitui seu ideal político-arquitetônico no panóptico e que ainda se faz presente, em boa medida, nas nossas técnicas psicológicas de todos os dias.

Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada sela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sob a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. (...) A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundam, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas. Do ponto de vista do guardião, é substituída por uma multiplicidade enumerável e controlável; do ponto de vista dos detentos, por uma solidão sequestrada e olhada (FOUCAULT, 1997:166).

Nossa intenção é, pois, trazer à tona a implicação da Psicologia com as disposições singulares que atravessam indivíduos e coletividades justamente como forma de resistir à abstração utilitarista que define de forma universal, a-histórica e de forma supostamente autoevidente, termos como “bem”, “prazer”, “melhora” “eficácia”, “felicidade”, etc. Também nos opomos às compreensões que falam em nome da felicidade coletiva, mas que tomam como medida e unidade de análise essa irreduzibilidade liberal presente na noção de “interesse do indivíduo”. O que se busca é uma formação política, intelectual, acadêmica e profissional visivelmente implicada com a sociedade a que pertence, suas problemáticas e seus limites. Uma formação que dialoga com seu tempo e reconhece suas possibilidades de ação e intervenção.

Se pensar a Psicologia nos coloca, indefectivelmente, a tarefa de repensarmos as configurações de nosso tempo que formam a tessitura do corpo social em que vivemos, que este exercício seja feito levando em conta, e em primeiro plano, a dimensão ética, em busca de um trabalho com compromisso social, político e subjetivo. Assim, a Psicologia parece caminhar para a necessária construção de entendimento e crítica ao modo como a sociedade está organizada, indicando formas de obliteração à obtenção da igualdade de direitos, às formas de exclusão, de exploração, de violência física e

simbólica, de coação ideológica e estética, de impedimento à multiplicidade de formas de expressão.

Entretanto, todo esse movimento deve estar imerso, por um lado, em uma autocrítica permanente (para que nunca nos achemos os porta-vozes do bem e da justiça) e, por outro, em uma constante problematização de noções hoje em dia tão polêmicas, ou esvaziadas de sentido, ou de difícil discernimento quanto ao seu significado social, como “igualdade”, “exclusão”, “coação”, “expressão”, etc. Fazendo incidir essa problematização crítica dentro do âmbito da formação, a ideia é propor a construção de saberes afinados e comprometidos com as formações singulares e insubordináveis à ordem capitalista, à ordem biopolítica, à ordem normalizadora, sejam estas formações individuais ou coletivas. Neste cenário, não há apenas informação a ser transmitida, mas provocações a novas invenções, criação de mundos outros. A Psicologia precisa sofrer um processo de abertura e radical atravessamento aos problemas da sociedade, ser-lhes sensível, propondo interpretações e encaminhamentos possíveis ao seu enfrentamento; deve democratizar o saber, torná-lo acessível e compô-lo em conexão com as questões sociais contemporâneas.

Estamos querendo sinalizar o nosso franco processo de rupturas com modelos deterministas e implicitamente imperativos; modelos que, dizendo como os sujeitos são, agem e pensam, dizem na verdade como os sujeitos devem ser, devem fazer e devem pensar. Por outra via, trata-se também de romper com modelos que, ditando a vida dos sujeitos, findam por efetivamente produzirem subjetividades homogêneas e obedientes naquilo que são, fazem e pensam. Escrevemos contra a implícita prescrição que obtém seus efeitos como neutra descrição, mas também contra a neutra descrição que esconde, na articulação entre as palavras e as coisas, toda a sua violenta prescrição. Queremos, no âmbito da Psicologia, uma micropolítica social que sensibilize a formação do psicólogo não como um mero especialista, mas sim como um profissional que acompanha as mudanças de seu tempo. Queremos construir, no lugar do especialista que, na maioria das vezes, responde de um lugar que corrobora com essas intensidades do mundo contemporâneo, um lugar de aprendiz que, criticamente, analisa o contexto no qual se insere, interrogando a sua própria prática, seus princípios e objetivos.

Ao discutir o saber e o fazer do psicólogo, acompanhando as transformações e exigências sociais do mundo contemporâneo, buscamos constituir um lugar político e

efetivamente participante na construção de estratégias de reconhecimento do trabalho da psicologia nesse contexto social. Ao questionar-se sobre o que seria ensinar para um novo estilo de fazer psicologia, Kastrup (1999) aponta como alternativa produzir, com o estudante, uma política de invenção na qual se mantém vivo o aprender a aprender, em que o saber transmitido não se separa de repetidas problematizações. A autora destaca que a invenção não opera sob o signo da instantaneidade: implica uma duração, um trabalho com restos, uma preparação que ocorre no avesso dos planos visíveis. É uma prática do tateio e de experimentação, composição e recomposição incessantes.

Muitos movimentos, e neles incluímos a Psicologia, devem ser operados neste processo de constituir a formação por outras formas e modos de trabalhar e subjetivar. Queremos tensionar movimentos de ruptura, buscando ir além das propostas convencionais que, muitas vezes, fazem da formação profissional um simples preparatório – por vezes falho – para a inserção no mercado de trabalho. Queremos instigar outras formas de pensar, que busquem atender às múltiplas maneiras de ser, de se constituir e de produzir saberes e práticas ligados às especificidades de cada campo de atuação. A formação em Psicologia implica um compromisso em ir além do cumprimento de etapas curriculares e da busca de um lugar profissional no mercado.

A prática profissional não pode fazer com que se perca a condição de aprendiz. A formação e a aplicação não são dois momentos sucessivos, mas devem coexistir sempre. Resta, a todo aquele que se encontra preocupado com a Psicologia, atuar como um aprendiz-artista, mantendo, em sua prática diária, a tensão permanente entre problematização e a ação. (KASTRUP, 1999:204).

A formação em uma perspectiva transdisciplinar

Aproximando-nos da conclusão deste texto, gostaríamos de pontuar que toda formação tem como função e marca o exercício indissociável do ensino e da pesquisa, a implicação entre análise teórica e análise histórico-política, a articulação entre a dimensão ética e a dimensão prática, a comunicação permanente entre o que ocorre na Universidade e as configurações micropolíticas que se desenham em demais extratos corpo social; e, ainda, uma sensibilidade e perspicácia para a compreensão das relações e dos efeitos de subjetivação advindos do encontro desta micropolítica cotidiana com as coordenadas macropolíticas que traçam as novas configurações do capitalismo, do neoliberalismo, da biopolítica, etc. Fincada na realidade social e política do mundo em

que vivemos, a iniciação nos fazeres da profissão coloca teoria e prática em interação permanente, em um movimento onde, dada a trama complexa do tecido que constitui a realidade social, o campo das práticas profissionais, mesmo as mais especializadas, insere-se num contexto transdisciplinar. Tomar em consideração esse contexto leva ao esfumamento dos limites de cada formação ou de cada disciplina, impondo mudanças na dinâmica do trabalho acadêmico.

Esta problemática diz respeito, ainda, às questões relacionadas à formação das disciplinas e, portanto, à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade. Gostaríamos de abrir nesse tópico um breve espaço para introduzir essa questão de suma importância para a pesquisa, com Michel Foucault. Em *A Ordem do Discurso*, podemos ler a seguinte definição de *disciplina*:

Uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e de instrumentos – tudo isso constitui uma espécie de sistema anônimo, à disposição de quem quer ou possa servir-se dele, sem que seu sentido ou validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor (FOUCAULT, 2011a:30).

Foucault (2011a) prossegue afirmando que nenhuma disciplina pretende esgotar a possibilidade de formulação de enunciados tidos como verdadeiros e que, portanto, é característica das disciplinas a possibilidade de construções de novos enunciados em seu interior. Entretanto, antes de um enunciado ser tido como verdadeiro ou falso, ele deve estar inserido num conjunto prévio de regras que definem a filiação dos enunciados à disciplina, em uma espécie de mapa anterior que preposiciona os discursos, em uma organização de procedimentos que traçam as possibilidades de dizer o verdadeiro, o que tem sentido, o inteligível, o significativo. Trata-se, em suma, do que Foucault chamou de *polícia discursiva*: um conjunto de regras que coagem a multiplicidade dos enunciados a uma organização hierárquica, institucionalizada e unificada do discurso. Assim, surge uma “área”. Surge um “setor de estudo”. Surge uma “unidade do saber”.

Mas as disciplinas admitem subdivisões e horizontalidades. As unidades disciplinares não são indivisíveis: elas se propagam e proliferam em pequenas outras subunidades. É próprio de um campo disciplinar e disciplinarizado a repartição do saber. Entretanto, trata-se de uma repartição que, muitas vezes, em nada altera todo o funcionamento de uma polícia discursiva disciplinar: regras de construção de enunciados, modos de institucionalização do que é dito e escrito, procedimentos que

definem o sentido e/ou o verdadeiro, filiação dos discursos em grandes áreas, identidade metodológica, etc.

É neste contexto que, talvez, seja oportuno situar as discussões acerca da *interdisciplinaridade* e *transdisciplinaridade*. A interdisciplinaridade implica um sistema de colaboração mútua entre as disciplinas. Em *Psicologia e Epistemologia*, Piaget (1978) situa a dimensão da interdisciplinaridade a partir de um determinado tipo de relação de *interdependência* entre as ciências. Com isso, procura evidenciar as complementaridades, as relações recíprocas e as reverberações que uma descoberta em um campo de saber provoca em outro. Em seu “Círculo das Ciências” aparecem situadas as relações mútuas, complementares e interdependentes entre Matemática, Física, Biologia e Psicologia. Aqui se apresenta uma rejeição a uma concepção evolutiva e progressiva das ciências, bem como da noção de que existam ciências mais gerais e fundamentais e outras mais específicas e acessórias, tal como concebia Comte em sua Hierarquia das Ciências. Segundo Comte, teríamos a sequência *Matemática – Astronomia – Física – Química – Biologia – Sociologia*, de modo que a primeira ciência (a Matemática) seria a mais geral e mais simples (pura), mas também aquela que menos precisa de conhecimentos de outras ciências; ao passo que a última ciência (a Sociologia) seria a mais específica e complexa (heterogênea), o que demanda por parte do sociólogo a necessidade de conhecimentos provenientes de todas as ciências anteriores. Vale ressaltar que, para Comte, por não operar um discernível distanciamento entre sujeito e objeto, a Psicologia não está incluída em sua Hierarquia das Ciências.

E a transdisciplinaridade? Diferentemente das formas anteriores de conceber as relações entre as disciplinas, uma concepção transdisciplinar recusará tanto a hierarquia quanto a complementaridade entre as ciências, entre as disciplinas, entre as unidades do saber. Da mesma forma, recusará qualquer pretensão de progressão e de totalização. O que caracteriza a transdisciplinaridade é, pois, uma *afetação das fronteiras que separam as unidades do saber*. Tanto a perspectiva hierárquica disciplinar quanto a interdisciplinar não situam com clareza o problema das formas de demarcação dos saberes, dos processos de diferenciação dos saberes, dos mecanismos que nos fazem afirmar e diferenciar: “isto é Psicologia, aquilo é Sociologia, já aquilo não é nem Psicologia nem Sociologia, mas Filosofia”. Isto porque, frequentemente, as concepções

interdisciplinares (quando não são também transdisciplinares) assumem as subdivisões disciplinares e, partindo dessas subdivisões, buscam um tipo de articulação comunicativa entre as disciplinas com vistas à ampliação ou totalização do saber.

Guattari (1986), em seu texto *A transversalidade*, caracteriza os processos *trans* como aqueles que atravessam as hierarquias verticais e os sistemas de complementação horizontais. A transversalidade ontológica do real põe em xeque, de saída, as subdivisões disciplinares e seus sistemas de hierarquia e de complementaridade. Pois, desde essa perspectiva, não haveria uma *realidade biológica*, uma *realidade psicológica*, uma *realidade social*, etc. como extratos do real bem discerníveis, localizáveis e distintos. Ao contrário, o biológico constitui um objeto artificialmente produzido por uma ciência (a Biologia), da mesma forma como o psicológico (a Psicologia). Rejeitar a segmentação disciplinar do saber seria, também, rejeitar a segmentação ontológica do real. Em *Mil Platôs*, Deleuze e Guattari (2011) abordam o problema da transversalidade e da transdisciplinaridade a partir da noção de rizoma. Em oposição às formas de organização chamada pelos autores de *arbórea* – que possuem um tronco (o fundamento) e diversos galhos (as derivações horizontais ancoradas no fundamento) –, o *rizoma* implica um tipo de conexão entre os saberes e os enunciados que não elege pontos privilegiados, ou fundamentais, ou estruturais, ou necessários. As relações entre os enunciados dos saberes, quando ocorrem sob a forma de rizoma, permitem que possamos conectar qualquer ponto de um saber a qualquer outro, permitem que possamos recusar os lugares usuais dos “começos dos saberes” (“o fundamental”, “o geral”, “o básico”, “o primeiro”, “o original”); e, mais ainda, permitem que essa conexão viabilize a formação de novas unidades de saber.

Considerações finais

Muitas das considerações apresentadas no transcorrer deste texto podem, por vezes, parecer óbvias. Suas formas atuais de incidência em nosso mundo, entretanto, insistem em mostrar o quanto, longe de serem óbvias, possuem estatuto problemático, dissensual e ainda refratário a diversas práticas psicológicas efetivas. Se, para abordarmos o tema da formação em psicologia, recorreremos por vezes a análises políticas que extrapolam o âmbito restrito e reconhecido tanto do que seja “formação”

como do que é “Psicologia”, isto se deve ao fato de que compreendemos que a problematização não pode ser feita sem um exercício de exteriorização, de escavamento das fronteiras, de alterização daquilo que vem sendo sempre, e somente, aquilo que é. Se, para abordar este tema, recorreremos, ainda, a aspectos bastante diversos e variados, sem que em muitos deles se siga o devido e necessário aprofundamento, isto se deve ao intuito empreendido por este texto: indicar conexões possíveis, mais do que efetuar traçados que indiquem um norte a seguir; pulverizar uma imagem do que seja a formação em Psicologia (porque entendemos que ainda há um forte traço disciplinar nestes contextos), mais do que desenhar um sistema articulado para a formação em psicologia; e, por fim, lançarmo-nos em zonas fronteiriças com a Filosofia, a Ciência Política, a Sociologia, mais do que dar voltas sobre o que é, o que vem sendo e como deveria ser a identidade da Psicologia e dos psicólogos. Porque em momentos de sufocamento e asfixia, onde os modos de pensar, de problematizar e de praticar encontram-se bloqueados ou rarefeitos, a escrita prismática, multissilábica e assistemática talvez possa constituir estratégia para oxigenar regiões dormentes do pensamento, da problematização e da prática; e, com isso, reverter o pensamento, a problematização e a prática de modo a vertê-los sob a marca borrada da diferença.

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. (FOUCAULT, 2007:13).

Referências

- BAPTISTA, Luis Antônio. *A Fábrica de Interiores: a formação psi em questão*. Niterói: EdUFF, 2000.
- BARROS, Regina Benevides de. A Formação dos psi: algumas questões sobre a ética. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, V.7 – N.2 e 3/ p.4-9,1995.
- BENEVIDES, Pablo. Psicologia, Diferença e Epistemologia. *Psicologia em Revista* (Online), v. 19, p. 462-479, 2014.
- BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- BERNARD, Michel. A psicologia. In: Chatelêt, F. (Org.). *História da filosofia*. (M. J. de Almeida, trad., Ideias, doutrinas, Vol. 7, pp. 19-88). Lisboa: Dom Quixote, 1983. (Texto original publicado em 1973).

- BOLTANSKI, Luc e CHIAPPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CANGUILHEM, Georges. O que é a psicologia? (O. F. Gabbi, trad.). *Impulso*, 26 (11), 11-26, 1973. (Texto original publicado em 1958).
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles. & GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. (A. Guerra e S. P. Costa, trad.). São Paulo: Editora 34, 1996. (Texto original publicado em 1980).
- FERREIRA, Arthur. *A diferença que nos une: um estudo sobre as condições de surgimento do saber psicológico em sua dispersão*. Tese de Doutorado em Psicologia, Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FERREIRA NETO, João Leite. *A formação do psicólogo: clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta, 2004.
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio. *Revisitando as psicologias*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação: 1500-1900*. São Paulo: Escuta, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (R. Ramallete, trad.) Petrópolis: Vozes, 1997. (Texto original publicado em 1975).
- _____. *O Uso dos Prazeres*. São Paulo: Graal, 2007.
- _____. *O Cuidado de Si*. São Paulo: Graal, 2007a.
- _____. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola Jesuítas, 2011.
- GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, Governamentalidade e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- GUATTARI, Félix. *Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *O sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos* (p.35-86). Petrópolis: Vozes, 2002.
- LOBO, Lilian. Um papel para o psicólogo hoje? *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*. Vol 1, nº 1, 1989.
- KASTRUP, Virgínia. *A Invenção de si e do mundo – uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Campinas – São Paulo: Papirus, 1999.
- PIAGET, Jean. *Psicologia e Epistemologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

SANTOS, B. S. *Para uma pedagogia do conflito*. In: SILVA, L. E. Reestruturação curricular: Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996.

Prof^a Dr^a Jurema Barros Dantas (UFC)
E-mail: juremadantas@ig.com.br

Prof^o Dr^o Pablo Severiano Benevides (UFC)
E-mail: pabloseverianobenevides@hotmail.com